

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
 CNPJ/MF nº 02.854.397/0001-04 - NIRE 3330026158-3
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2001

1. Data, Hora e Local da Assembléia: Realizada aos 26 dias do mês de janeiro de 2001, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Avenida Elias Agostinho, 665, Bloco F, sala 207, Ponta de Imbetiba, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença". **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 26 do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho, que convidou o Sr. José Cláudio Rêgo Aranha para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** (a) estabelecer novas condições à 1ª emissão de debêntures da Companhia, conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2000, bem como alterar condições anteriormente deliberadas; (b) ratificar os poderes atribuídos ao Conselho de Administração, para deliberar sobre as condições relativas às debêntures de que tratam os itens VI a VIII do Artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como delegar poderes para o Conselho de Administração cancelar as debêntures que eventualmente não sejam colocadas, ou que se encontrem em tesouraria, e para homologar a remuneração definitiva das debêntures, a ser estabelecida em processo de "book building"; (c) ratificar as demais condições das debêntures aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2000. **5. Deliberações:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **I. Aprovar novas condições à 1ª emissão de debêntures da Companhia, bem como as alterações às condições anteriormente deliberadas, conforme segue abaixo:** (i) **Remuneração:** A partir da data de emissão, as debêntures da primeira série farão jus à seguinte "Remuneração": **Juros Remuneratórios:** As debêntures da primeira série farão jus ao pagamento de "Juros Remuneratórios" equivalentes a, no máximo, 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de "spread" máximo de 0,5% ao ano (CDI + 0,5% ao ano). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o "Valor Nominal Unitário" das debêntures desde a data de emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \{[(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) \times S] - 1\}$$

onde: JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos; VN = Valor Nominal Unitário da debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo); $(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do "spread", entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos juros, calculado conforme fórmula abaixo. Os termos f_1, f_2, f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right]$$

onde: f_j = fator da Taxa DI referente ao dia j ; Taxa DI $_j$ = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j ; S = fator de "spread" final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{du}{252}} \right] \right\}$$

onde: b = "spread" a ser determinado em processo de "book building", limitado ao máximo de 0,5, para 0,5% a.a.; du = número de dias úteis do Período de Capitalização. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 01 de junho e 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das debêntures a ser proposto pela Companhia. Na ausência de critério legal, a mesma

Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das debêntures. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das debêntures em circulação e a Companhia, as debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada "pro rata temporis", a partir da data de emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As debêntures da segunda série farão jus à seguinte Remuneração: **(a) Atualização:** As debêntures da segunda série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da data de emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}} \right\}$$

onde: VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado; VNe = Valor Nominal Unitário; IGPMn = índice do IGP-M na forma percentual, relativo ao mês n; dn = número de dias corridos do 1º dia do mês da "Atualização", até a data de Atualização; Dn = número de dias do mês n corrente. O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura da 1ª Emissão de debêntures da Companhia Petrolífera Marlim ou qualquer outra formalidade. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das debêntures a ser proposto pela Companhia. Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das debêntures. Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das debêntures em circulação e a Companhia, as debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada "pro rata temporis", a partir da data de emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. **(b) Juros Remuneratórios:** As debêntures da segunda série farão jus ao pagamento de juros pré-fixados à taxa máxima de 12% (doze por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a data de emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos juros devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde: J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização; VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização; b = taxa a ser fixada em processo de "book building", limitada ao máximo de 12, para 12% a.a.; n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização. A Atualização e os Juros Remuneratórios serão devidos anualmente, nos dias 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração das respectivas séries, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das respectivas séries. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração definitiva das debêntures das 2 (duas) séries será determinada em processo de "book building", devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, publicada em até 1 (hum) dia útil após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das debêntures. **(ii) Resgate Antecipado:** A Companhia terá o direito de proceder ao resgate total ou parcial das debêntures em circulação. As debêntures da primeira série poderão ser resgatadas a partir do 12º mês de vigência da emissão, contado da data de emissão, e mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, através de publicação conforme previsto nesta deliberação, pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, até a data do efetivo pagamento. As debêntures da segunda série, indexadas ao IGP-M, poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia, ao final do 12º mês contado da data de emissão, e mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, através de publicação conforme previsto nesta deliberação, e a partir de então, a cada doze meses sucessivamente, pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, até a data do efetivo pagamento. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário dos Debenturistas e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto nesta deliberação, inclusive no que concerne às regras do sorteio. **(iii) Resgate Facultativo aos Debenturistas:** Os debenturistas poderão solicitar à Companhia que resgate as debêntures em circulação, ao final do décimo segundo mês, contado da data de emissão, e, posteriormente, ao final de cada período de doze meses, pelo seu valor nominal unitário atualizado pela remuneração, até a data do efetivo pagamento, multiplicado pelos percentuais abaixo:

Data do Resgate (*)	Percentual do Resgate
ao final do 12º mês	60%
ao final do 24º mês	65%
ao final do 36º mês	70%
ao final do 48º mês	75%

(*) contado da data de emissão. O valor de resgate será apurado multiplicando-se o valor nominal unitário atualizado pelo percentual acima apresentado, da seguinte forma: Valor de Resgate = Valor Nominal Unitário Atualizado * Percentual do Resgate. Os debenturistas que desejarem ter as debêntures resgatadas, nos termos deste item deverão comunicar referida decisão por escrito ao Agente Fiduciário dos Debenturistas, num prazo mínimo de 65 (sessenta e cinco) dias corridos, contados da respectiva data de resgate, informando o número de debêntures a serem resgatadas. Em até 60 (sessenta) dias corridos contados da respectiva data de resgate, o Agente Fiduciário dos Debenturistas deverá comunicar a Companhia, por escrito, informando o número total de debêntures a serem resgatadas nestes termos. **(iv) Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de Aviso, no jornal Gazeta Mercantil - edição nacional, bem como no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que apenas serão publicados na Gazeta Mercantil. **II. Ratificar os poderes delegados ao Conselho de Administração para:** (i) deliberar sobre as condições relativas às debêntures de que tratam os itens VI a VIII do Artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas na presente deliberação, no que se refere às matérias referidas nesses itens; (ii) aprovar o cancelamento das debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das debêntures que se encontrem em tesouraria; e (iii) homologar a remuneração definitiva das debêntures, a ser estabelecida em processo de "book building". **III. Ratificar as demais condições das debêntures da 1ª emissão da Companhia, deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2000, às quais as condições ora deliberadas passam a incorporar-se, substituindo-as em caso de di-**

vergência. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Macaé, 26 de janeiro de 2001. (aa) Presidente: Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho; Secretário: José Cláudio Rêgo Aranha. Acionistas: **Marlim Participações S.A.**, p. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho e José Cláudio Rêgo Aranha; Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho; Beni Rosenzvaig; Simão Teodoro Schuster Damasceno; Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua; Marcus Vinicius de Viveiros Dias; Cláudio Figueiredo Coelho Leal; Mario Miceli; Edward Dias da Silva; Maurício da Rocha Wanderley; Flávio de Magalhães Chaves; Manoel de Araújo Gonçalves. Confere com a original lavrada em livro próprio. **José Cláudio Rêgo Aranha** - Secretário. JUCERJA nº 00001132942 em 30/01/2001. Maria Cristina V. Contreiras - Secretária Geral.